

**UM BREVE ESTUDO FILOLÓGICO E HISTÓRICO
SOBRE A CARTA RÉGIA DA RAINHA D. MARIA I
AO GOVERNADOR E CAPITÃO GENERAL
DA CAPITANIA DE MATO GROSSO
LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES**

Déborah Pimenta Martins (UFMT)

pimentadeborah27@hotmail.com

Elias Alves de Andrade (UFMT)

elias@cpd.ufmt.br

Kelly Cristina Mamedes (UFMT)

1. Introdução

O presente trabalho, apresentado em sala de aula durante o curso edição de texto ministrado pelo Prof. Dr. Elias Alves de Andrade, tem como objetivos: fazer um estudo filológico de um manuscrito do século XVIII, gênero cartas, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; apresentar, de forma justalinear, a versão fac-similar e semidiplomática; fazer uma abordagem paleográfica e contextual histórica do manuscrito.

A título de introdução teceremos sucintos comentários sobre a linguística e a filologia, após, analisaremos o *corpus* no campo da paleografia e, então, concluiremos com uma abordagem das funções adjetivas e transcendente do objeto.

A linguagem pode ser expressa por meio da língua que não precisa necessariamente ser escrita – lembramos que toda língua é falada, mas nem toda é escrita (p. ex. a dos povos indígenas) – por outro lado, o filólogo foi quem inicialmente vislumbrou a necessidade de registrar a língua. No contexto fala e escrita, importa dizer que a fala é espontânea, acontece em qualquer lugar e de várias formas, enquanto que a escrita, principalmente a ensinada na escola, segue um padrão que busca a uniformização.

O linguista, no entanto, não está adstrito ao padrão formal da escrita, pelo contrário, ele tem um importante papel de descrever o objeto do jeito que ele é, seu trabalho é expressar o mecanismo da língua e não dizer o que é certo ou errado. A linguística se propõe a estudar variantes sem sobrepor uma a outra, apenas reconhece a diferença e a descreve. Assim, no presente trabalho não fizemos juízo de valor apenas descre-

vemos os aspectos linguísticos de um manuscrito.

No tocante à linguagem humana Ferdinand de Saussure se dedicou e descobriu que ela se relaciona com o raciocínio e que há coisas que pertencem a todas as línguas, ou seja, há uma estrutura intrínseca à língua. Diante disso, pensou a divisão *langue* (língua) e *parole* (fala). A partir das ideias estruturalistas de Ferdinand de Saussure as teorias linguísticas passaram a ganhar corpo, nascendo estudos sobre semiologia e/ou semiótica, sincronia e diacronia, sintagma e paradigma, fonética e fonologia etc.

Mas qual a relação entre a filologia e a linguística? Para responder essa questão trazemos os ensinamentos de Segismundo Spina (1977, p. 75) para quem “A filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”. Também refletindo sobre essa relação Silvio Elias chega à conclusão de que ela acontece “da parte para o todo – *Sprachwissenschaft* dos alemães – é o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive filológico”. Para esse autor, a filologia historicamente precedeu a linguística, mas hoje deve situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos. J. Lourenço de Oliveira pensando a filologia assim refletiu: “Se a fala escrita era obrigação da filologia e agora se vê que também o é da linguística, então não há diferença de objeto, cabendo razão à preguiça de mudar que tem os ingleses, quando chamaram de “filologia” aquilo que os franceses dividem em “filologia” e “linguística”.

O estudioso Prof. Dr. Elias Andrade (2014, p. 37) mencionando César Nardelli Cambraia (2005, p. 90) explica sobre a importância do filólogo refletir sobre os tipos de edição pois

cada edição tem características próprias e distintas, dependendo do público a que se destina, indo do grau zero de intervenção do editor no texto, a fac-similar, até o grau máximo, a modernizada, sendo a primeira a mais apropriada para linguistas, por exemplo, e a última para leigos e públicos em geral, uma vez que os interesses de cada tipo de leitor são diferentes.

A filologia se distingue de campos como a crítica textual. Apesar dessa se remete àquela, a crítica textual vai procurar o texto genuíno, enquanto que a filologia é responsável pela edição. César Nardelli Cambraia (2005, p. 22-23) assevera que a crítica textual utiliza várias outras disciplinas, necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho, como a paleografia, a diplomática, a codicologia, a bibliografia material e a linguística.

Alguns autores não fazem a distinção entre edótica e filologia, no entanto, a filologia é mais abrangente que a edótica. A ideia de edótica nasceu no período helenístico a partir da necessidade de se analisar textos literários registrados em papiro e pergaminhos que faziam parte do acervo da biblioteca de Alexandria, cujo objetivo era ajudar a difundir o saber grego clássico para o Oriente. Já a filologia se ocupa de textos antigos de forma geral. No tocante à filologia trazemos o importante ensinamento do professor Dr. Manuel Mourivaldo Santiago-Almeida quem explica que:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), a filologia se dedica ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico textual, sócio-histórico, etc. – no tempo e no espaço, tendo como objetivo o texto escrito, literário e não literário. (...)

No sentido mais estreito (*stricto sensu*), a filologia se concentra no texto escrito, primordialmente literário, para recebê-lo, fixá-lo, restituindo-lhe à sua genuinidade, e prepará-lo para publicação. (...) (SANTIAGO-ALMEIDA, 2011, p. 1-12)

Para facilitar o entendimento dos conceitos acima ilustramos com o seguinte quadro:

EDÓTICA	FILOLOGIA	CRÍTICA TEXTUAL
Estudo de textos antigos literários.	Estudo de textos antigos no geral.	Análise de mais de uma cópia de um documento. Os documentos são colocados em conflito até chegar a uma versão próxima ao que seria a original.

Importante dizer que apesar de serem distintas, a edótica, a filologia e a crítica textual não são incompatíveis, pois trabalham com texto manuscrito e impresso.

2. *O corpus*

Feita a breve exposição sobre filologia passaremos à análise do documento. Para trabalhar com texto antigo é importante manuseá-lo de forma cuidadosa sem que interfira na sua forma física, ou seja, são necessários alguns cuidados tais como: utilizar luvas e máscaras para evitar o contato de suor, gordura, saliva, saís ou qualquer elemento que possa modificar a constituição do manuscrito. Também é importante manuseá-lo com muito cuidado de preferência utilizando régua para folheá-lo.

Ao se trabalhar com *códices* (livros) é importante seguir parâmetros da codicologia, ou seja, descrever minuciosamente o objeto apresentando aspectos da capa, do material que é feito, medir o dorso, as ilustrações, contar as folhas internas, informar a gramatura do papel, ver se as páginas são numeradas, se houver folhas em branco descrevê-las, como também aplicar técnicas para fotografar tais como observar se o documento está debaixo de iluminação adequada, imaginar o seu centro e fazer a foto sem cortar partes das páginas, dentre outros cuidados.

O *corpus* que iremos apresentar não é um *códice*, por isso, não o analisamos por parâmetros codicológicos; no entanto, por se tratar de um manuscrito do séc. XVIII, emprestamos alguns cuidados acima ao manuseá-lo como também detalhamos alguns aspectos da sua forma física a fim de aproximar, no imaginário do leitor deste ensaio, a aparência real. Assim, apresentamos uma versão fac-símile e alguns recortes, como verão a seguir.

O *corpus* trata-se de uma carta, datada de 12 de abril de 1785, enviada ao Governador e Capitão General de Mato Grosso pela Rainha Maria I de Portugal, provavelmente trata-se de um documento ideográfico, ou seja, que representa as ideias da rainha, mas não foi a própria rainha que o escreveu. Na tabela abaixo está a identificação do documento.

Transcrição 1 – fólio 1r	
Identificação	BRMTAPMT, SG.CR0926 CAIXA Nº 020 ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO
Assunto	Carta Régia da Rainha D. Maria I ao Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, informando as núpcias de seus filhos com os filhos do rei da Espanha.
Local	Palácio Nossa Senhora D' Ajuda /Lisboa
Data	12/04/1785
Assinatura	Idiógrafo



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ARQUIVO PÚBLICO

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO
FUNDO: SECRETARIA DE GOVERNO
SÉRIE: CARTA RÉGIA

1785, Abril, 12 - PALÁCIO NOSSA SENHORA D'AJUDA

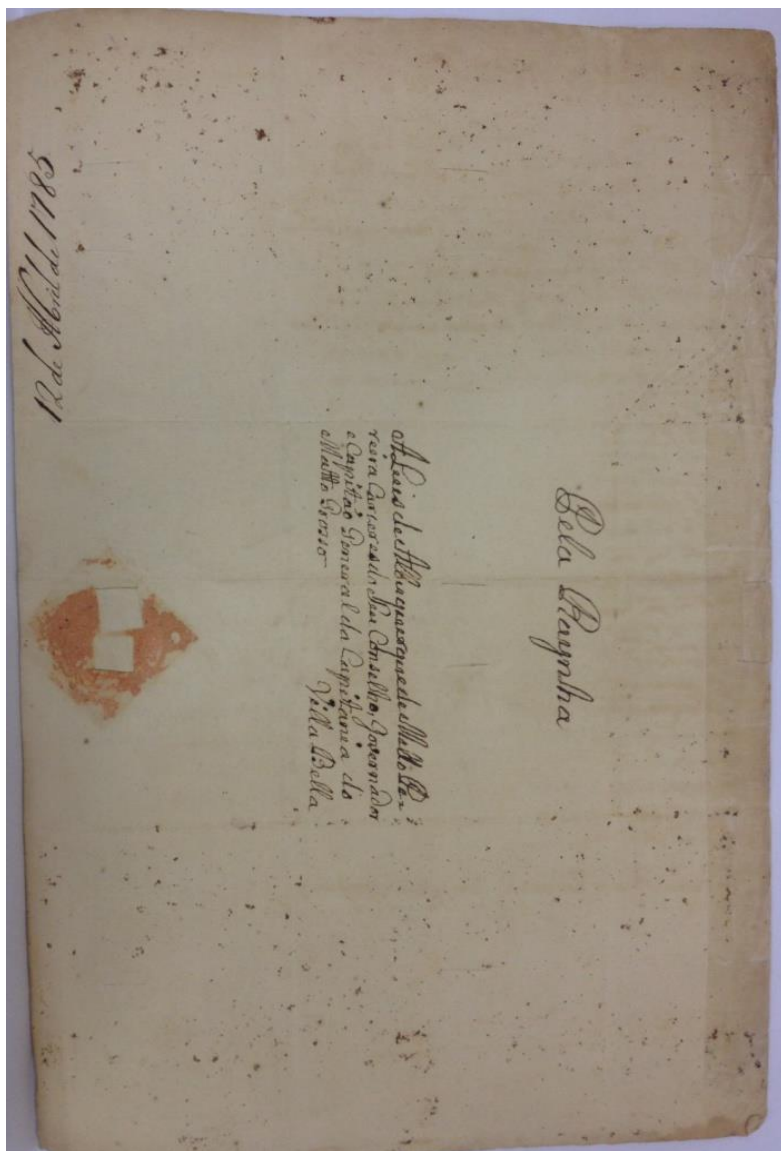
CARTA RÉGIA da Rainha D. Maria I ao Governador e
Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque
de Melo Pereira e Cáceres.

Palavras Chave: Matrimônio, Festa, Nobreza, Côrte portuguesa,
Familia Real

Referência Atual: BR MTAPMT.SG. CR. 0926 CAIXA Nº 020
| Referência Anterior: 02 Fundo: Governadoria Lata: 1785

Apresentação fac-similar da Carta 1785

Fólio |1v| e Fólio |1r|



Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

12. 4. 75
Luís de Albuquerque de Mello Pereira Carreiras Go-
vernador, e Capitão General do Estado do Rio de Janeiro, e do Conselho.
O Rei a Vossa Magestade muito saudada. Ha pouco
ajustado os Matrimonios do Infante Dom João, Meu Men-
teado, e Príncipe Filho com a Infanta Dona Carlota
Joazequina Filha do Principe de Asturias, e da Infanta
Dona Marianna Victoria Minha Menha Menhada, e Princesa
da Filha com o Infante de Hespanha Dom Gabriel, Filho
do mesmo Rey Catholico: E tendo se felicemente concluido
os referidos Consonios: Houve por bem, que logo se vos
participasse esta noticia, não só porque conhece a gloria de
parte, que tomais em tudo o que diz respeito à Minha
Real Casa, e Família; mas também para que a festejais
com as Demonstrações de alegria, que são proprias da
vossa fidelidade, e zelo, e que correspondem a hum objecto
para Mim, e para os Meus Vassallos tão plausivel. Escrevi
no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em doze de Abril
de mil settecentos e cinquenta e cinco.

Rainha . . .

Para Luís de Albuquerque de
Mello Pereira Carreiras.

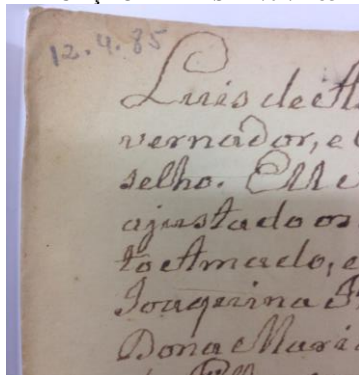
3. Aspecto material do manuscrito

Nota-se que no Fólio [1r] há uma marca com dois quadrados brancos e uma mancha marrom ao redor. A explicação para a existência desta “mancha” no manuscrito é a de que as cartas ou documentos eram lacradas ou marcadas com um sinete (pequeno objeto feito de metal usado para simbolizar o emissor). Sobre o documento era derretida geralmente uma cera vermelha onde o sinete gravava o símbolo representativo do emissor. Veja no quadro abaixo (do lado direito) o sinete real que provavelmente lacrou a carta.

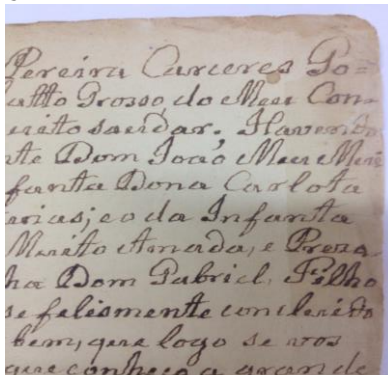


O manuscrito apresenta no campo superior esquerdo uma datação a lápis e, no canto superior direito, marcas de umidade e aparentemente de cola adesiva.

MARCAÇÃO A LÁPIS “12/04/1785”

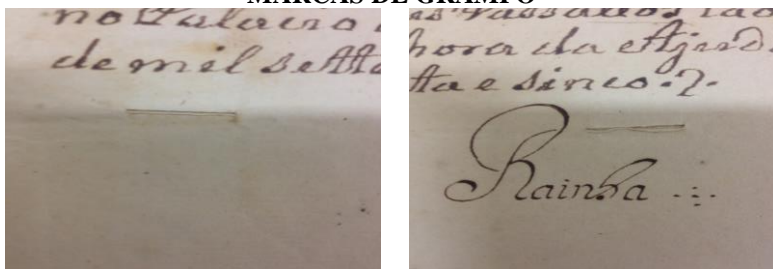


UMIDADE



Nota-se também, ao final e no centro da carta, a existência de marcações de grampos.

MARCAS DE GRAMPO



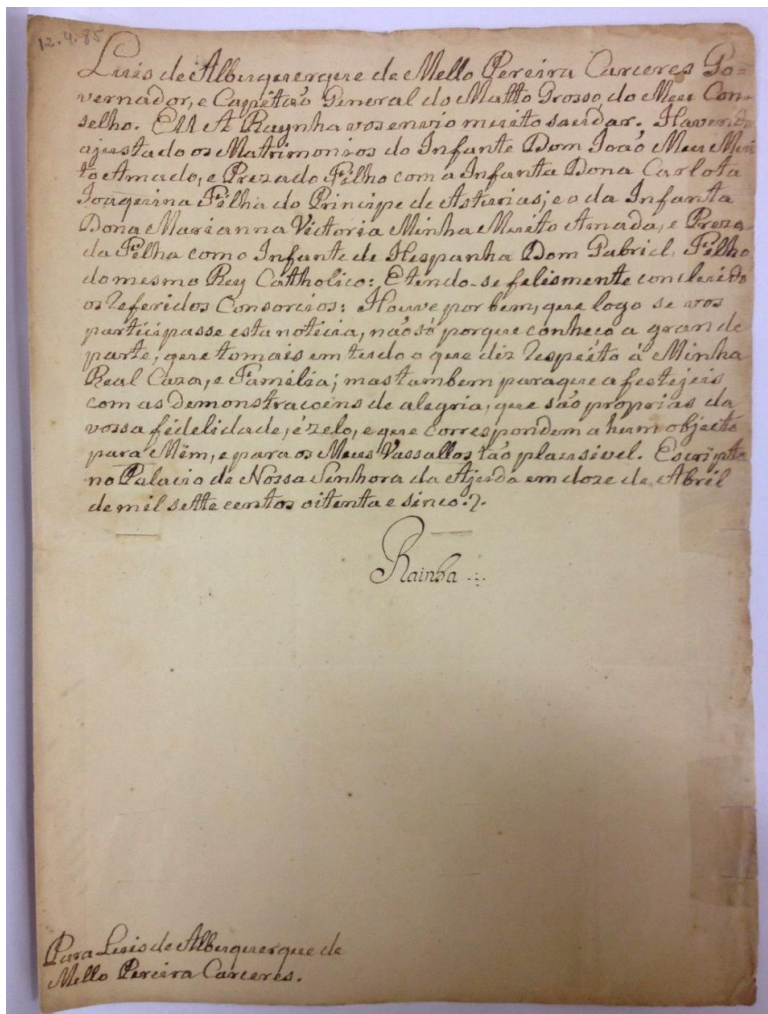
4. Versão fac-similar justalinear a versão semidiplomática

Apresentaremos neste tópico a versão fac-similar justalinear a versão semidiplomática, para tanto, utilizaremos como critérios aqueles recomendados pelo II Seminário para a História do Português Brasileiro realizado em Campos do Jordão, São Paulo, no período de 10 a 16 de maio de 1998.

- 1 – Procuraremos respeitar a escrita particular do documento.
- 2 – As fronteiras de palavras serão mantidas como no original. É mantida também a grafia de palavra grafada separadamente, de maneira sistemática, pelo escrevente.
- 3 – A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como os espaços duplos existentes entre trechos do manuscrito.
- 4 – A acentuação será rigorosamente mantida, presença ou ausência de diacrítico será mantido.
- 5 – Será respeitado o emprego das maiúsculas e minúsculas como se apresentarem no texto original.
- 6 – A divisão da linha original do documento será preservada, no entanto, não utilizaremos a barra vertical entre as linhas pois as linhas transcritas estão justapostas na sequência do original.
- 7 – As inserções feitas pelo escriba ou copista na margem esquerda do manuscrito será marcada com { } chave).
- 8 – O símbolo representativo da assinatura no manuscrito será indicado por < > (dois diples).
- 9 – A leitura duvidosa será indicada por < > (diples)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- 10 – As linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será contínua por documento.
- 11 – Os fólhos serão numerados sequencialmente, indicados por r (recto) e v (verso). Ex. ||1r|| e ||1v||.



Versão fac-similar justalinear a versão semidiplomática.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

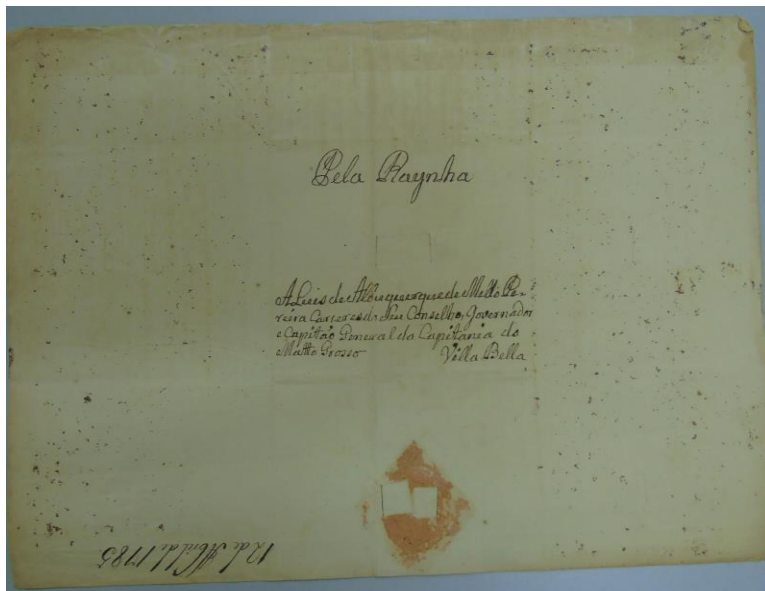
{ 12.04.85 }

||1r||

Luis de Albuquerque de Mello Pereira Carceres Go= vernador, e Capitão General do Matto Grosso do Meu Con= selho. EU A Raynha vos envio muito saudar. Havendo ajustado os Matrimonios do Infante Dom João Meu Mui_ 5 to Amado, e Prezado Filho com a Infanta Dona Carlota Joaquina Filha do Principe de Asturias; e o da Infanta Dona Marianna Victoria Minha Muito Amada, e Preza= da Filha com o Infante de Hespanha Dom Gabriel, Filho do mesmo Rey Catholico: E tendo-se felismente concluido 10 os Referidos Consorcios: Houve por bem, que logo se vos participasse esta noticia, naõ só porque conheço a grande parte, que tomais em tudo o que diz Respeito à Minha Real Casa, e Familia; mas tambem paraque a festejeis com as demonstraçoins de alegria, que saõ proprias da 15 vossa fidelidade, e zelo, e que correspondem a hum objaeto para Mim, e para os Meus Vassalos taõ plausivel. Escripto no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em doze de Abril de mil sette centos oitenta e sinco <.,.>

Rainha << >>

Para Luis de Albuquerque de
Mello Pereira Carceres



||1v||

Pela Raynha

A Luis de Albuquerque de Mello Pereira Carceres do Seu Conselho Governador e Capitão General da Capitania do

Matto Grosso

12 de abril de 1785

5. *Aspectos paleográficos*

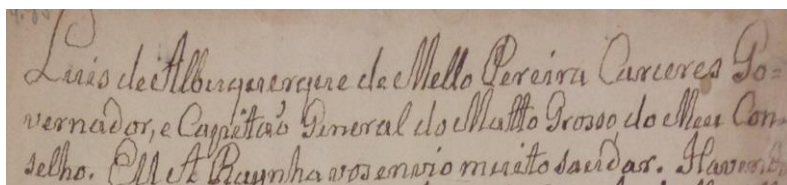
Neste tópico, como dito inicialmente, faremos um estudo paleográfico. Para Vera Lúcia Costa Acioli (1994, p. 5), Segismundo Spina (1977, p. 18), César Nardelli Cambraia (2005, p. 23) a paleografia é o “estudo das escritas antigas”, considerando sua origem grega: “palaios = antigo e graphien = escrita”. A paleografia é uma disciplina que busca

entender o texto por meio da análise de elementos como: tipos de letras; características ortográficas; sinais diacríticos; abreviaturas; usos de letras capitais; de iluminuras; de gravuras etc.

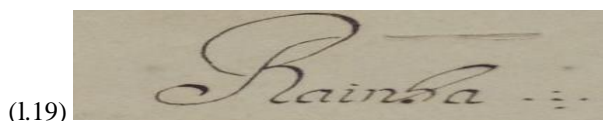
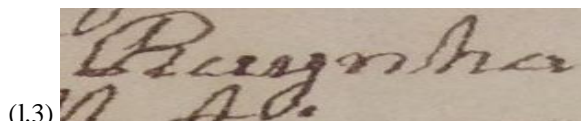
5.1. Tipo de letra

O manuscrito editado aqui sob a forma semidiplomática apresenta escrita regular quanto ao traçado das letras, foi caligrafado por mãos hábeis, não apresenta borrões e nem rasuras. Foram respeitadas as margens e as linhas imaginárias, com leve inclinação da escrita à direita, apresentando regularidade e uniformidade.

(1.1,2 e 3)



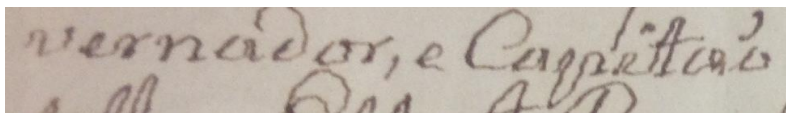
A escrita empregada foi a humanista com o tipo de letra cursiva. O fólio 1r é ideográfico pois o escriba do manuscrito não é o mesmo que assina ao final.



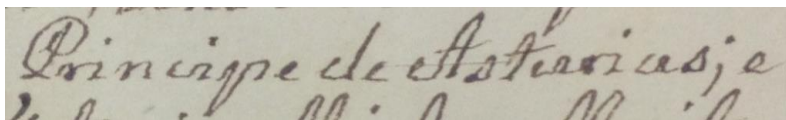
5.2. Pontuação

Há presença de vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto final.

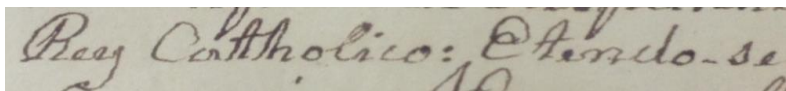
(1.2)



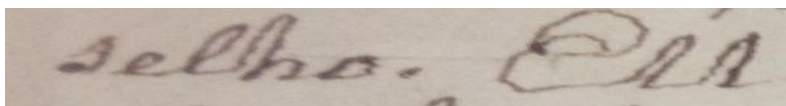
(1.6)



(1.9)



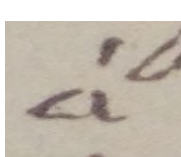
(1.2)



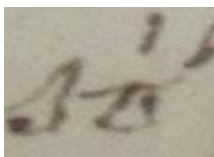
5.3. Sinais de acentuação

O manuscrito apresenta acento agudo e não apresenta acento circunflexo.

(1.12)

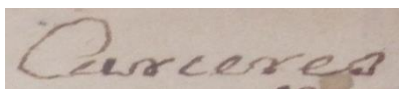


(1.11)

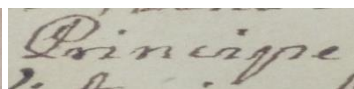


As proparoxítonas não são acentuadas.

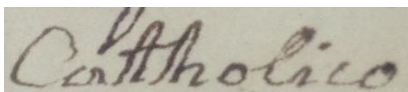
(1.1)



(1.6)

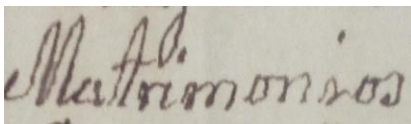


(1.9)

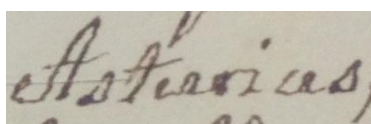


Paroxítonas terminadas em ditongo não foram acentuadas.

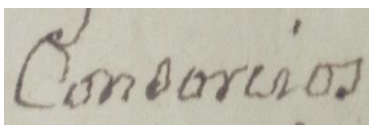
(1.4)



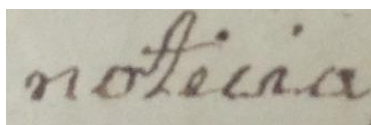
(1.6)



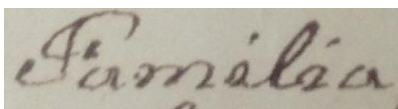
(1.10)



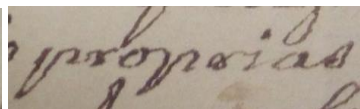
(1.11)



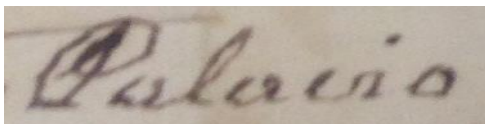
(1.13)



(1.14)

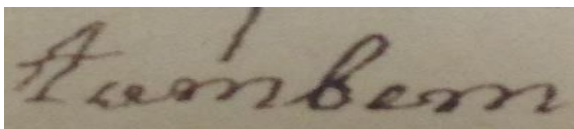


(1.17)



A oxítona terminada em “em” não foi acentuada.

(1.13)



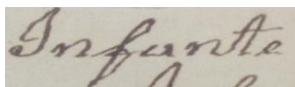
Paragrafação: O manuscrito é composto por um único parágrafo.

5.4. O uso de maiúsculas

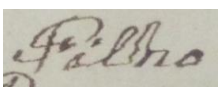
O manuscrito apresenta o uso de letra maiúscula em nomes próprios, depois da pontuação e no uso de adjetivos, pronomes e substantivos que se refiram à Casa Real.

5.4.1. Substantivos

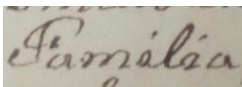
(1.4)



(1.4)



(1.13)

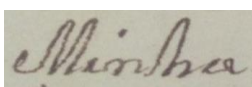


5.4.2. Pronome

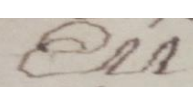
(1.2)



(1.7)

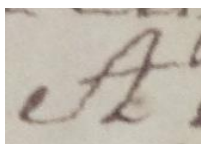


(1.3)

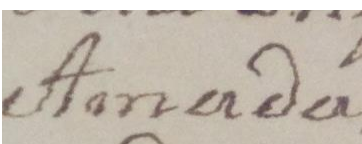


5.4.3. Artigo e Adjetivo

(1.3)



(1.7)



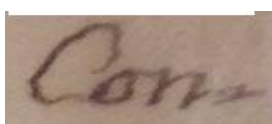
5.5. Divisão Silábica

O manuscrito apresenta a divisão silábica feita com hífen duplo (=), ocorrem casos com um único hífen.

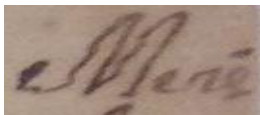
(1.1)



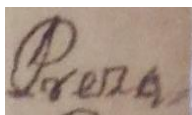
(1.2)



(1.4)



(1.7)



5.6. Ausência de fronteiras de palavras

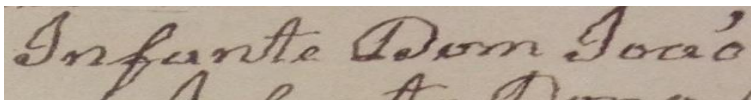
O manuscrito apresenta apenas um único caso na palavra “para-que”.

(1.13)



5.7. Letra ramista

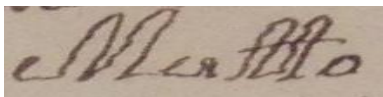
Há a presença de letra ramista em que o “j” é substituído pelo “i”.



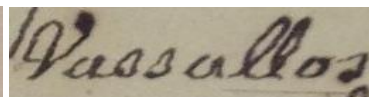
5.8. Consoantes duplicadas

Observa-se características do período pseudoetimológico com a duplicação de consoantes e mudas.

(1.2)

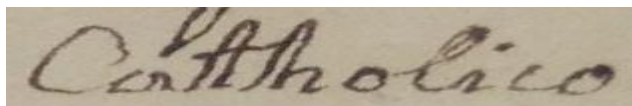


(1.16)

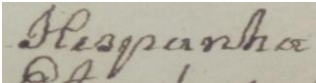


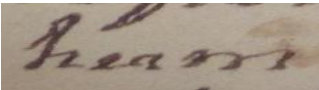
5.9. Uso do “th”

(1.9)

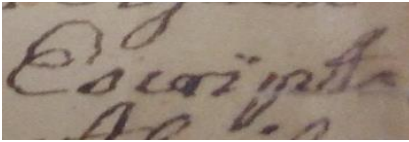


5.10. O “h” no início de palavras

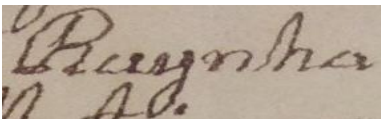
(1.8)  (1.15)

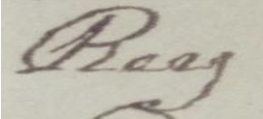


5.11. Encontros consonantais “pt”

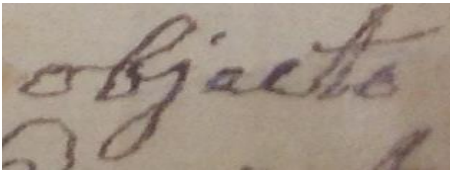
(1.16) 

5.12. Ditongo e hiato com “y” no lugar do “i”

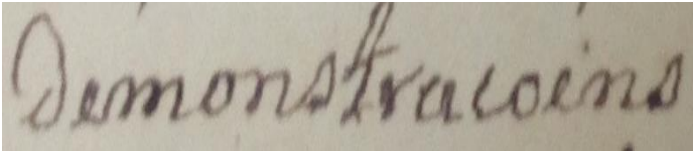
(1.3)  (1.9)



5.13. Ditongo com “ae”

(1.15) 

5.14. Uso de “oins” para indicar nasalização

(1.14) 

6. Funções adjetiva e transcendente do manuscrito

O conteúdo da carta trabalhada neste artigo se refere a uma missiva enviada pela rainha D. Maria I, informando ao então governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Mello Pereira Cáceres, o casamento de seus filhos, o infante João e Dona Mariana Vitória, com os príncipes da Espanha, Carlota Joaquina e Gabriel. A Rainha pede expressamente ao Capitão General que seja feita em terras mato-grossenses as devidas comemorações pelas bodas. A título de ilustração colacionamos fotos extraídas da *internet* dos envolvidos:

Dona Maria I de Portugal



Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres



Dom Gabriel



Dona Marianna



Dom João VI e Dona Carlota



As cartas eram, na época, a forma como a comunicação era feita. Sabe-se que devido às longas distâncias e aos precários meios de entrega de correspondências onde muitas cartas acabavam sendo extraviadas, para garantir que as missivas chegassem ao seu destino, se escreviam duas

ao mesmo tempo, as quais eram despachadas para dois lugares diferentes, mas com o mesmo destino final.

Em uma breve análise acerca do conteúdo contido no documento percebemos que apesar da presença de elementos formais presentes na carta tais como: as letras maiúsculas que precedem as palavras que se referem aos membros da realeza, ou referencia formal aos títulos dos personagens presentes na missiva, podemos observar o quão intimista nos parece a forma com a qual a Rainha Portuguesa se refere a Luís de Albuquerque, a escrita se apresenta de forma carinhosa e elogiosa, o uso poucas palavras e um discurso direto, isso pode demonstrar como o Capitão General era uma figura de prestígio na corte portuguesa. A sua trajetória é um dos fatores que podem corroborar essa hipótese, pois era uma pessoa dotada de uma grande experiência e argúcia militar o que o tornou alguém extremamente apto ao cargo para o qual foi designado, o outro fator era a rede familiares na qual Luís estava inserido que o tornava um membro político em uma posição auspiciosa.

A seguir faremos uma breve apresentação do período em que a missiva foi escrita, tanto do contexto português, quanto de Luís de Albuquerque e a capitania de Mato Grosso e as comemorações na colônia.

6.1. Contexto português

6.1.1. Governo de D. Maria I

O reinado de D. Maria I se deu entre os anos de 1777 a 1816, a rainha recebeu a alcunha de “a louca”, após um quadro de demência no início de 1792, o que obrigou seu filho e herdeiro, ainda sem o título oficial de regente a dirigir os negócios públicos. O seu governo ficou simbolizado pela reação antipombalina que definiu a primeira fase de sua realeza. A chamada política da Viradeira, como foi chamado seu governo, foi assim conhecido por alterar os esquemas de governo do Marques de Pombal, acabou por elevar a figura régia como exemplo de soberana que se norteou pelo espírito das Luzes.

Filha de D. José I, Dona Maria assume o trono após a morte de seu pai, e logo que subiu ao trono a corrente palaciana adversa a Pombal buscou a sua deposição. Iniciou-se então nesse período a Viradeira, embora muitos historiadores considerem que essa política tenha alterado por completo a obra pombalina, hoje se admite mais que ela tenha se limitado a reabilitar membros da nobreza e abrir os cárceres onde estavam con-

finados centenas de prisioneiros feitos pelo ministro, dessa forma essa política teria na verdade se resumido mais a atos de reparação individual e ao afastamento dos colaboradores diretos de Pombal, com a consequente substituição do ministro e seu exílio do reino.

Dentro desta nova abordagem com a qual a historiografia percebe o governo de D. Maria I, não mais como uma ruptura em relação da política pombalina, pois é perceptíveis elementos que demonstram uma continuidade com as ideias do ministro, como no caso do Capitão General da Capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque, escolhido para o cargo pelas mãos de Pombal ainda no reinado de D. José, não apenas permaneceu na posse de seu ofício após a ascensão da nova monarca, como continuava a gozar de enorme prestígio e consideração da casa real portuguesa.

6.1.2. Capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres

Foi em maio de 1771 que Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, neste momento no posto de capitão de infantaria e ajudante de ordens, recebeu ordens expressas do então ministro do reino Português, o Marques de Pombal, para assumir o cargo de quarto governador da capitania de Mato Grosso, onde por motivos da descoberta do ouro na região e pela necessidade do fortalecimento da fronteira oriental do domínio português se tornava necessária fortalecer a colonização nessa região. Com um mandato inicial de três anos, o capitão permaneceu como governador da capitania por 17 anos.

Na segunda metade do século XVIII a capitania havia se tornado extremamente relevante para o reino português, cabia, portanto, ao seu governador manter os espanhóis longe das terras ocupadas e buscar tentar resolver de forma diplomática as questões fronteiriças.

A escolha do novo governador não ocorreu por mero acaso, Luís de Albuquerque era reconhecidamente um bom militar, havia participado da guerra dos Sete Anos, era conhecedor das disputas entre as principais nações europeias e seus reflexos nas colônias, no entanto, apenas suas qualidades pessoais não seriam suficientes para que fosse escolhido como novo governador, para isso contribuíram as redes de alianças e poder nas quase estava inserida sua família, visto que na carta de nomeação de Luís Albuquerque há uma referencia feita a seu pai, Francisco de Albu-

querque, fidalgo da Casa Real, que havia prestado relevantes serviços ao reino.

A carta enviada por Pombal na escolha de Luís de Albuquerque deixa claro o conhecimento do ministro da sua trajetória, se mostrou ser a pessoa certa para administrar um território em constante litígio, que exigiria além da força armada, muito conhecimento estratégico e trato diplomático.

Durante dezessete anos o quarto governador da Capitania de Mato Grosso cumpriu as expectativas que a coroa portuguesa depositou em sua pessoa quando o enviou para essas paragens, seja na defesa da fronteira, seja nos aspectos burocráticos e políticos, ao final de seu governo repassou o cargo para seu irmão João de Albuquerque que chegou a Vila Bela em 20 de novembro de 1789. Ao retornar a Lisboa Luís de Albuquerque usufruiu de prestígio, cargos e comendas na corte, os muitos anos de serviço no Brasil o credenciou como autoridade sobre a colônia portuguesa.

Durante os mais de dezessete anos que esteve no Brasil, Luís de Albuquerque produziu uma quantidade de documentos sobre a colônia dos mais variados tipos, assim como até hoje se preserva as mais variadas documentações que datam do seu governo, como cartas, processos jurídicos, bandos e outros. A carta com a qual trabalhamos é um exemplo de documento que nos ajuda a compreender não apenas o período de sua gestão, bem como traçar um paralelo do Brasil colonial e da própria coroa portuguesa, tornando-se um importante acervo histórico capaz de iluminar a história tanto brasileira quanto portuguesa.

6.1.3. As alianças ibéricas

Outro aspecto que está presente na carta analisada neste artigo e que marca um segundo momento do reinado de D. Maria I é um momento histórico marcado pela crise das monarquias Europeias, que buscam uma forma de manutenção das casas reais. A situação de conflito entre as potências do “Velho Continente” levou a busca por uma política de aproximação de Portugal com a vizinha Espanha, que se firmou através da dupla aliança dinástica, realizada no mesmo dia, 8 de maio de 1785, entre D. João com Carlota Joaquina, quarta filha do rei Carlos IV de Espanha, e da primogênita portuguesa D. Mariana Vitória com Gabriel Antônio de Bourbon, terceiro filho do mesmo rei. O pacto nupcial evidenciava um horizonte europeu cada vez mais instável. As profundas transformações

vividas pela Europa na virada do século XVIII para o XIX – com a Revolução Francesa e a expansão militar napoleônica pelo continente ameaçavam seriamente a sobrevivência das monarquias absolutas.

6.1.4. Comemorações na colônia

Nos confins do território colonial as notícias chegadas do reino recebiam as devidas manifestações, fossem festivas ou de pesar. Nascimentos, casamentos, aniversários reais, falecimentos eram anunciados em locais públicos com grande empenho para sua divulgação.

As câmaras mediavam os acontecimentos e promoviam as festas “ordinárias” se pertencessem ao calendário religioso anual e “extraordinárias” se fossem relativas a nascimentos, casamentos e exéquias⁷⁹ que marcavam datas e definiam os locais, convocando o povo, a nobreza da terra, e o clero para as solenidades. Eram nessas ocasiões que se reforçava a hierarquia política e social, com sinais de afirmação de prestígio e poder, visíveis nas roupas, nos adornos e no cerimonial.

Várias são as festividades que foram comemoradas em Vila Bela durante o período do governo de Luís Albuquerque, que se encontram registradas nos *Anais da Câmara de Vila Bela*, principalmente os festejos religiosos, como os festejos de Santo Antônio, e de Nossa Senhora, onde foi narrada toda a pompa que cercava as datas, bem como a presença do governador, outra comemoração foi a celebração do aniversário da Rainha, D. Maria I, em 17 de dezembro de 1779, com o *Te Deum*⁸⁰, na igreja matriz, salva real de artilharia, beija-mão, baile e ceia no palácio.

Assim sendo, em locais distantes da corte portuguesa, pelo cerimonial obedecido em diferentes situações, a capitania do Mato Grosso inseria-se nas redes de poder do mundo colonial português. Essas comemorações reforçavam os laços com Portugal e com a religião, ofereciam aos colonos a instauração de outra temporalidade, durante a qual as atividades cotidianas eram provisoriamente esquecidas.

⁷⁹ Bando – Documento onde declara um decreto, uma lei.

⁸⁰ É um hino cristão, usado principalmente na liturgia católica, como parte do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e outros eventos solenes de ações de graças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: Um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFPE, Editora Universitária/Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1994.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. *Luis de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso/1771-1791*. São Paulo: Versal, 2014.

ANDRADE, Elias Alves de; BARONAS, Roberto Leiser; SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Plano de Guerra da Capitania de Mato Grosso: janeiro de 1800*. Edição revisada. Cuiabá: Edufimt, 2014, p. 357-393.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

MEIER, Harri. *Ensaio de filologia românica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manuel Mourivaldo. Para que filologia/crítica textual? *Revista Acta*, Assis, vol. 1, p. 1-12, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1982.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.